

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.338.906 - RS  
(2018/0194246-7)**

**RELATOR** : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
**EMBARGANTE** : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PROCURADORE** : ELTON AIRTON ZIELKE E OUTRO(S) - RS017574  
S

JOSÉ LUÍS BOLZAN DE MORAIS - RS018099  
**PROCURADORA** : PAULA DA SILVA RODRIGUES BRUM MARQUES -  
RS059857  
**EMBARGADO** : DARIO PEITER  
**EMBARGADO** : REGINA MARILÚ POMPEO  
**ADVOGADO** : DARIO PEITER (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS047722

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 03/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura ou contraditória. Não são destinados à adequação do *decisum* ao entendimento da parte embargante, nem ao acolhimento de pretensões que refletem mero inconformismo, e, menos ainda, à rediscussão de questão já resolvida. Precedentes.
2. A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do julgado, o que é inviável nesta seara recursal.
3. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente), Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator